

# Plano Brady frustra Governo argentino

MONICA YANAKIEW  
Correspondente

BUENOS AIRES — O plano que o novo Secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, propôs para aliviar a crise da dívida externa não entusiasmou os argentinos. Muito pelo contrário. A conclusão da maioria dos funcionários do Governo é de que a Argentina estará em melhores condições de seguir sua atual política: a de simplesmente não pagar os juros da dívida externa que, este ano, serão de US\$ 6,6 bilhões.

Sem alarde, a Argentina entrou em moratória em abril do ano passado. Ou seja, há dez meses não paga um tostão dos juros de uma dívida que, até o final de 1989, deverá atingir os US\$ 60 bilhões. O Banco Central calcula que os atrasos totalizam US\$ 2,2 bilhões.

A principal crítica ao Plano Brady, que propõe a redução do capital da dívida, é que essa redução não é o suficiente para aliviar a transferência de recursos que os países devedores fazem anualmente aos bancos credores. Até entrar em moratória, a Argentina negociou a sua dívida da seguinte maneira: pagaria, de seu próprio bolso, apenas a metade dos juros. A outra metade seria saldada na medida em que o país conseguisse financiamento externo — o que vinha acontecendo até abril do ano



Telefotos Reuter

**O Governo de Alfonsín, à esquerda, não viu vantagem no plano de Brady**

passado.

Segundo Arturo O'Donnell — ex-Diretor do Banco Central argentino e atual consultor das Nações Unidas — se a dívida argentina fosse de US\$ 100, por exemplo, e os juros de US\$ 10 anuais, a Argentina estava usando seu superávit comercial para pagar apenas a metade, ou seja, US\$ 5. Os US\$ 5 restantes eram pagos com financiamento de organizações internacionais, como o Banco Mundial.

O Plano Brady só faria sentido se a dívida argentina fosse reduzida em 50%. Se os argentinos devessem US\$ 50, pagariam juros de US\$ 5 — o que

é possível. Mas se a dívida só for reduzida em 20%, seria de US\$ 80. Os juros seriam US\$ 8. Ou seja, a Argentina estaria transferindo para o exterior US\$ 3 a mais do que transfere atualmente.

O Plano Brady tampouco prevê a redução das taxas de juros, que aumentaram desde meados do ano passado e que, no caso argentino, significam pagar US\$ 2 bilhões a mais de serviços da dívida. Nem menciona novos mecanismos de financiamento. Sendo assim — segundo O'Donnell — o melhor seria continuar do jeito que está.